



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO  
CORREGEDORIA

ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA  
12ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE – MG

JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO:  
VITOR SALINO DE MOURA EÇA



Lei de Criação nº 5.663, de 2-12-1970

Data da instalação: 6-11-1972

Data de implantação do PJe: 24-3-2015

Jurisdição: Belo Horizonte.

Edital de Correição divulgado no D.E. da Justiça do Trabalho em 19-9-2017, p. 2/3.



## ATA DE CORREIÇÃO

Às 7h5min do dia seis de outubro de 2017, o Excelentíssimo Desembargador Dr. **Fernando Antônio Viegas Peixoto**, Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, deu início à Correição Ordinária na 12ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, situada na Rua Mato Grosso, 468 – 10º andar, na forma do disposto nos artigos 682, XI, da CLT, e 30, I, do Regimento Interno, sendo recebido pela MM. Juíza do Trabalho Substituta, Dra. **Lilian Piovesan**; pelo Secretário da Vara do Trabalho, Sr. Emanuel Barbosa de Castro e Moura; pelos servidores Guilherme Rosa Pinho, Lúvia Figueiredo Gomes, Rafael de Oliveira Bicalho, Raquel Fernandes Xavier Assis, Renata Kelly de Oliveira Monteiro, Renzzo Roberto Bicalho Lataro Hoehn, Simone de Carvalho Amaral e Tarcísio Cotrim Alvarenga; pela estagiária Marcela Oliveira Arcanjo. Ausentes o MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara, Dr. **Vitor Salino de Moura Eça**, convocado no TRT, o MM. Juiz do Trabalho Auxiliar, Dr. **Marcos Vinícius Barroso**, em licença para ministrar curso; os servidores Flávio Almeida de Menezes, Jonas Davi Ribeiro e Fernanda Amaral Netto, em férias regulamentares e a estagiária Daniela Teixeira Pena, em licença médica.

Iniciada a correição no horário acima registrado, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor examinou:

### 1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

**1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES** – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 1.301 processos eletrônicos, distribuídos neste ano até o dia 4-10-2017, apurando-se a média de 7,6 processos por dia útil.

**1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS** – A Vara recebeu 147 cartas precatórias até a presente data, neste ano, das quais 103 foram devolvidas para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto aos sistemas da Secretaria.

**1.3. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS** – A Vara expediu 20 cartas precatórias até a presente data, neste ano, das quais 8 foram devolvidas pelos juízos deprecados, conforme consulta efetuada no sistema e-Gestão.

**1.4. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT** – Existe o registro de 645 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 414 processos foram remetidos no presente ano, até esta data.

**1.5. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO** – Há 18 autos de processos com carga, todos no prazo legal.

**1.6. CARGA PARA ADVOGADOS** – Existem 30 autos de processos físicos com carga, das quais 13 vencidas e cobradas.



**1.7. CARGA PARA PERITOS** – Constam 5 autos de processos físicos com carga, das quais 3 vencidas e cobradas. Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 391 processos pendentes para exame de peritos, devendo a Secretaria da Vara providenciar à baixa nas perícias já realizadas.

**1.8. MANDADOS EXPEDIDOS** – Constam 88 mandados expedidos em processos físicos e 775 expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 6 pendentes de cumprimento em processos físicos e 38 mandados pendentes de cumprimento no PJe, no prazo.

**1.9. REMESSA DE PROCESSOS AO SERVIÇO DE CÁLCULOS JUDICIAIS** – Há 4 autos de processos com carga para a Secretaria de Cálculos Judiciais, todos no prazo.

**1.10. PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE*** – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 96 processos *sine die*, incluindo aqueles constantes da listagem de processos na fase de conhecimento sem audiência marcada.

Os processos examinados aguardam decisão do STF.

**1.11. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO** – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico do TRT 3ª Região, foi de 44,95% em 2015 e de 37,48% em 2016. A meta estabelecida para este indicador em 2017 é de 46,3% e, considerando a tendência de queda verificada nos últimos dois anos, os resultados podem continuar superando o previsto.

**1.12. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO** - segundo dados do sistema e-Gestão, dados até o dia 4-10-2017, existem 20 processos aguardando sentença, conforme consta dos itens 62 e 90062.

**FASE DE CONHECIMENTO** (de 1º-1-2017 até 4-10-2017)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência (item 60)	2
	Aguardando primeira audiência (item 90060)	63
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	54
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	174
	Processos conclusos para sentença de conhecimento (item 35)	14
	Processos conclusos para sentença de conhecimento (item 90035)	1.242



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO  
CORREGEDORIA

	Processos aguardando cumprimento de acordo (item 66)	15
	Processos aguardando cumprimento de acordo (item 90066)	164

**1.13. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO** – Existem 1.045 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 922 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 112 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327;
- c) 11 execuções de contribuição previdenciária, de acordo com os itens 102 e 90102.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, de 1º-1-2017 até 4-10-2017.

Em relação às Varas do Trabalho de Belo Horizonte, no ano 2016, cuja média de processos em fase de execução foi de 1.119, constatou-se que a Vara do Trabalho está com número de processos em fase de execução abaixo da média.

A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico TRT 3ª Região, foi de 75,67% em 2016. A meta estabelecida para este indicador em 2017 é de 64%.

**1.14. PROCESSOS INCIDENTAIS À FASE DE EXECUÇÃO:** de acordo como sistema e-Gestão, dados de 4-10-2017, existem 39 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 124, 90124, 131, 90131, 144, 90144, 150, 90150, 156, 90156, 162, 90162, 168 e 90168.

**2. PROCESSOS EXAMINADOS** – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 6-10-2017 havia 4 processos:

- a) **procedimento sumariíssimo:** 2 processos;
- b) **procedimento ordinário:** 1 processo;
- c) **tentativa de conciliação na fase de execução:** 1 processo.

Foram examinados os autos dos processos 00100909/17, 0011327/17, 0011388/17 e 00801/09.

**RESULTADO** – examinados os autos, constatou-se:



- 0011327/17: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias.

Observando os dados da pauta de hoje e confrontando com a pauta da semana da correição, verificou-se que havia 6 processos na fase de execução para tentativa de conciliação.

**2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE*; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.**

Exame dos autos dos processos 0011331/17, 0011328/17, 0011320/17, 0011315/17, 0011278/17, 011264/17, 0011239/17, 0011221/17, 0011462/17, 0010764/17, 0011395/17, 0011394/17, 0011393/17, 0011253/15, 0011361/15, 0011422/15, 0010467/16, 0010376/16, 0011384/15, 0010865/16, 0010242/16, 0011454/16, 0010565/17, 0011027/16, 0011294/15, 0011131/17, 0011211/17, 0011012/15, 0010548/16, 0010111/17, 0010282/17, 0010176/17, 0011381/16, 0010208/17, 0010476/17, 0011126/16, 0011229/17, 0011149/17, 0011145/17, 0010696/17, 0010734/17, 0010687/17, 0011037/17, 0010680/16, 0010876/17, 0011178/17, 0011189/17, 0011003/17, 0011191/16, 0010690/15, 0010001/17, 0010161/17, 0010061/17, 0010070/16, 0010320/17, 0010002/17, 0001817/14, 0011190/17, 0010742/17, 0010681/17, 0010873/17, 0010410/17, 0011444/16, 0011051/17, 0011574/16, 0011180/17, 0011389/17, 0011144/17 0011384/17 e 0010634/17.

Foram examinados os autos dos processos físicos 01836/14, 02125/13, 02066/14, 01661/14, 00226/14 e 01629/14.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010565/17, 0011190/17, 0010742/17, 0011051/17, 0011131/17, 0011211/17, 0011012/15 e 0010476/17: processos sujeitos ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias;

- 0011320/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id c96a9f8 (mais de 10 dias);

- 0011264/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 02a3f6d (mais de 10 dias);

- 0011221/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 37d81f3 e Id ef7f340 (mais de 10 dias);

- 0010764/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 3d36e88 (sem movimentação há mais de 60 dias);

- 0011294/15: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – Id ce3d2d (sem movimentação há mais de 120 dias);



**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO  
CORREGEDORIA**

- 0010176/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – Id dc61232 (sem movimentação há mais de 30 dias);
- 0010696/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – evento 30860652 (mais de 40 dias);
- 0011191/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 26ce55f (mais de 10 dias);
- 0010690/15: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 5e5f676 (mais de 20 dias);
- 0010161/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 7220496 (mais de 10 dias);
- 0011574/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – evento 29497366 (mais de 60 dias);
- 0010634/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – evento 29497351 (mais de 60 dias).

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor que as sentenças proferidas são líquidas.

**2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL** – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

**2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA** – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 5 ações civis públicas, até esta data, em tramitação.

**2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA** – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 7 ações civis coletivas, até a presente data, em tramitação.

**3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –**

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2015	2016	2017
Procedimento Sumariíssimo	18	26	22
Procedimento Ordinário	34	83	40
Procedimento Ordinário - físico			805
Instrução processo físico	-	594	881
Instrução processo eletrônico	200	104	70

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO  
CORREGEDORIA

Disponibilidade de Pauta/dias corridos

	2015	2016	2017/dias
Procedimento Sumariíssimo	13	9	17-10-2017 - 11 dias
Procedimento Ordinário	37	17	17-10-2017 – 11 dias
Instrução	378	48	18-10-2017 – 12 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2017 até 4-10-2017)

(fonte: e-Gestão)

a) conhecimento:

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias)
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – procedimento sumariíssimo (item 263)	0	0
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – procedimento sumariíssimo (item 90263)	472	22
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – exceto procedimento sumariíssimo (item 264)	1	805
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – exceto procedimento sumariíssimo (item 90264)	634	40
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento - procedimento sumariíssimo (item 267)	0	0
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento - procedimento sumariíssimo (item 90267)	757	37
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento – exceto procedimento sumariíssimo (item 268)	7	882
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento – exceto procedimento sumariíssimo (item 90268)	904	98
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento – procedimento sumariíssimo (item 271)	3	871
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento – procedimento sumariíssimo (item 90271)	672	34
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento - exceto rito sumariíssimo (item 272)	8	883
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento - exceto rito sumariíssimo (item 90272)	703	98



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO  
CORREGEDORIA

b) FASE DE LIQUIDAÇÃO (de 1º-1-2017 até 4-10-2017)

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias)
Do início ao encerramento da liquidação – procedimento sumariíssimo (item 359)	22	669
Do início ao encerramento da liquidação – procedimento sumariíssimo (item 90359)	13	56
Do início ao encerramento da liquidação – exceto procedimento sumariíssimo (item 371)	52	603
Do início ao encerramento da liquidação – exceto procedimento sumariíssimo (item 90371)	15	57

c) Fase de execução (de 1º-1-2017 até 4-10-2017)

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias)
Do início ao encerramento da execução - ente privado (item 275)	321	1.421
Do início ao encerramento da execução - ente privado (item 90275)	6	0
Do início ao encerramento da execução – ente público (item 277)	31	1.983
Do início ao encerramento da execução – ente público (item 90277)	0	0

No ano 2016, apurou-se que, em 221 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2016	Média/dia útil
<b>Sentenças de conhecimento</b>	1.640	7,42
<b>Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração</b>	273	1,23
<b>Decisões na fase de execução</b>	222	1,005
<b>Total</b>	2.135	9,67



**4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS** – Em setembro de 2017, com 20 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
<b>Procedimento sumariíssimo</b>	72	3,6
<b>Procedimento ordinário</b>	90	4,5
<b>Instrução</b>	1	0,005
<b>Tentativa de conciliação na fase de conhecimento e/ou execução</b>	66	3,3
<b>Total</b>	229	11,45

No mês de setembro de 2017, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram proferidas 46 sentenças de conhecimento, conforme apurado nos itens 40/43 e 46; 90040/90043 e 90046, 20 sentenças decorrentes da oposição de embargos de declaração, conforme itens 115 e 90115. Foram conciliados 39 processos, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor, mediante informação do Secretário da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas de segunda-feira a sexta-feira, a partir das 8h20min. O intervalo entre as audiências é de 10 minutos para as de procedimento sumariíssimo, 20 minutos para as de procedimento ordinário e, conforme o fracionamento, para o primeiro horário disponível, uma vez que as audiências são unas.

Em atendimento ao artigo 18, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, declara a magistrada em atuação, que comparece nesta unidade organizacional de segunda-feira a sexta-feira.

Declara a magistrada, quanto à residência, que cumpre os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantém o cadastro atualizado na Secretaria Geral da Presidência.

De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, na Unidade, são exarados, em média, 800 despachos por semana.

**AUXÍLIO FIXO:** Recomenda a Corregedoria Regional que, atuando outro magistrado (a) na Vara, seja observado o disposto no artigo 330 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, do TRT da 3ª Região, que determina que “nas Varas do Trabalho que contarem com Juiz Auxiliar é vedado o comparecimento semanal alternado entre Magistrados”.



## 5. PRODUÇÃO –

Movimentação Anual de Processos		
	2015	2016
Processos recebidos	1.793	1.804
Média por dia útil	7,9	8,16
Processos remanescentes do ano anterior	543	682
Sentenças anuladas	35	21
<b>Total de processos para solução</b>	<b>2.371</b>	<b>2.507</b>
Processos solucionados	1.632	2.123
Processos conciliados	545	483
Produção	68,83%	84,68%

Analisando os dados supra, verificou-se um aumento de 0,6% em relação ao número de processos recebidos no ano 2015. Quanto à produção, verificou-se que em 2016 houve um aumento de 15,85%.

**5.1. Mapeamento Global de Desempenho (MGD) –** O Mapeamento Global de Desempenho - MGD, indicador que tem como componentes o Índice de Produtividade e a Força de Trabalho, e cujos dados são extraídos do Sistema e-Gestão, tem por objetivo informar o desempenho das unidades em relação a indicadores que se alinham às metas nacionais e ao Plano Estratégico do TRT3 e, ainda, em relação às outras unidades de 1º Grau. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando-se um instrumento eficaz de gestão.

PERÍODO	IP	Força de Trabalho	MGD
Jul/15 a Jun/16	0,5019	0,82	0,4036
Jul/16 a Jun/17	0,4169	0,89	0,3876

Fonte: e-Gestão em 31/07/2017

MESOINDICADORES REPARAMETRIZADOS – Jul/16 a Jun/17			
ACERVO	CELERIDADE	PRODUÇÃO	REPRESAMENTO PROCESSUAL
0,4004	0,2709	0,5160	0,2929

Fonte: e-Gestão em 31/07/2017

MACROINDICADORES DO IP	MICROINDICADORES DO IP	VALOR ORIGINAL Jul/15 a Jun/16	VALOR ORIGINAL Jul/16 a Jun/17	MÉDIA VARAS DO TRABALHO Jul/16 a Jun/17	MICRO REPARAMETRIZADO
ACERVO	ANTIGUIDADE	1.328 dias	1.428 dias	1.547 dias	0,3933
	PENDENTE	3.117	2.974	3.604	0,3108
CELERIDADE	PRAZO MÉDIO	767 dias	665 dias	928 dias	0,2709



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**  
**CORREGEDORIA**

PRODUÇÃO	ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO	26,70%	21,98%	37,44%	0,9996
	ÍNDICE DE SOLUÇÃO	101,52%	118,19%	99,30%	0,2843
REPRESAMENTO PROCESSUAL	TC CONHECIMENTO	33,30%	19,25%	38,24%	0,1784
	TC LIQUIDAÇÃO	39,31%	27,41%	39,22%	0,3401
	TC EXECUÇÃO	66,33%	68,33%	74,59%	0,4752
	TC INCIDENTES PROCESSUAIS	22,22%	22,65%	25,69%	0,2992

Fonte: e-Gestão em 31/07/2017

## 6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$4.375.901,98	R\$1.043.601,46

**7. PORTARIAS** – De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, encontra-se em vigor a Portaria 1/20017, que regulamenta os procedimentos quanto à realização de audiências unas.

**8. BACEN JUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA** – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega o BACEN JUD, o INFOJUD e RENAJUD, com o intuito de localizar bens passíveis de penhora, bem como o SIMBA e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC, para a requisição de informações sobre movimentações bancárias. Detectou, ainda, que havia 5 ordens de bloqueio do BACEN JUD pendentes na Vara do Trabalho, devendo a Secretaria fazer os processos conclusos a magistrada.

**9. DA SECRETARIA** – Concluída a Correição, de acordo com os critérios acima especificados, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor examinou 80 autos de processos, sendo que em 12 foram encontrados excessos de prazo, aspectos que deverão ser regularizados. Os prazos processuais, com relação aos despachos ímpulso oficial e cumprimento deverão ser observados.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foram observadas as Resoluções Administrativas nº 241, de 2015 e 208, de 2016, referentes ao recesso forense e suspensão dos prazos processuais .

## 10. RECOMENDAÇÕES:

### 10.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

As recomendações gerais serão objeto de Ofício Circular Conjunto a ser enviado para todas as unidades.



## 10.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

1) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I, do CPC;

2) observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228, do CPC;

3) envidados esforços no sentido de regularizar os lançamentos de laudos periciais pendentes no PJe, orientando os peritos quanto aos locais corretos para anexar o laudo pericial e para peticionar/manifestar nos autos, devendo também a secretaria aprovar todos os laudos pendentes. O manual de orientações para peritos judiciais sobre o uso do PJe está disponível no endereço eletrônico: [www.trt18.jus.br/portal/arquivos/2016/03/manual\\_orientacoes\\_peritos\\_judiciais\\_pjeit\\_1-12-0-3\\_1g.pdf](http://www.trt18.jus.br/portal/arquivos/2016/03/manual_orientacoes_peritos_judiciais_pjeit_1-12-0-3_1g.pdf);

4) mantidos os procedimentos para redução do volume dos processos de execução com a inclusão destes em pauta, de forma seletiva, considerando aqueles com potencial para encerramento pela via da composição.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

## 10.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2016:

A Corregedoria Regional verificou que não foi observada a seguinte recomendação, formulada naquela oportunidade:

1) envidados esforços no sentido de regularizar os lançamentos de laudos periciais pendentes no PJe, orientando os peritos quanto aos locais corretos para anexar o laudo pericial e para peticionar/manifestar nos autos, devendo também a secretaria aprovar todos os laudos pendentes. O manual de orientações para peritos judiciais sobre o uso do PJe está disponível no endereço eletrônico: [www.trt18.jus.br/portal/arquivos/2016/03/manual\\_orientacoes\\_peritos\\_judiciais\\_pjeit\\_1-12-0-3\\_1g.pdf](http://www.trt18.jus.br/portal/arquivos/2016/03/manual_orientacoes_peritos_judiciais_pjeit_1-12-0-3_1g.pdf);

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

## 11. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015/2020 do TRT3 devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

**Meta 1 CNJ / Meta 6 CSJT:** Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar pelo menos 90% da quantidade dos processos de conhecimento distribuídos no período.



**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO  
CORREGEDORIA**

Em 2016, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente” esta unidade organizacional atingiu o percentual de 116,09%, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 92,74%.

No ano 2017, até o dia 31-5-2017, o percentual alcançado foi de 108,87%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 95,98%.

**Meta 2 CNJ / Meta 7 CSJT:** Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31-12-2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31-12-2015, no 1º grau.

Em 2016, quanto a Meta era “identificar e julgar, até 31-12-16, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31-12-14”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 109,81%, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 110,43%.

No ano 2017, até o dia 31-8-2017, o percentual alcançado foi de 125,09%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 105,14%.

**Meta 3 CNJ / Meta 9 CSJT:** Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 6 pontos percentuais, até 2020 (2pp).

Em 2016, quando a Meta era “aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação a média do biênio 2013/2014 em 2pp em 2016”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 22,75%, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 90,25%.

No ano 2017, até o dia 31-8-2017, o percentual alcançado foi de 32,07%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 48,37%.

**Meta 5 CNJ / Meta 11 CSJT:** Índice de Execução (IE) - Baixar pelo menos 90% da quantidade de execuções iniciadas no período.

Em 2016, quando a Meta era “baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 129,50% tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 96,55%.

No ano 2017, até o dia 31-8-2017, o percentual alcançado foi de 93,69%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 98,42%.

**Meta 6 CNJ / Meta 8 CSJT:** Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31-12-2017, 98% das ações coletivas distribuídas até 31-12-2014 no 1º grau.

Em 2016, quando a meta era “identificar e julgar, até 31-12-16, as ações coletivas distribuídas até 31-12-13 (1º grau)...”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 100%, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 97,58%.



No ano 2017, até o dia 31-8-2017, o percentual alcançado foi de 51,02%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 99,49%.

**Meta 5 CSJT:** Tempo médio de duração do processo: reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2014, em 5% até 2020 (2%).

Em 2016, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base de 2014, em 1% em 2016”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 129 dias, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 150 dias.

No ano 2017, até o dia 31-8-2017, o tempo médio alcançado foi de 85 dias, sendo o resultado deste Regional para o mesmo período de 162 dias.

**12. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL** - No que se refere à responsabilidade socioambiental, enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política de responsabilidade socioambiental da Justiça do Trabalho constantes do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Comissão de Responsabilidade Socioambiental deste Regional.

**13. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA** – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

**14. OBSERVAÇÕES FINAIS** – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara aprimore a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que o Excelentíssimo Desembargador Corregedor não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO  
CORREGEDORIA

A Correição Ordinária é encerrada às 10h30min do dia cinco de outubro de 2017, em sessão pública, antecedida de pregão, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria, lavrei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor, pela MM. Juíza do Trabalho Substituta e pelo Secretário da Vara do Trabalho. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor, além do Sr. Secretário da Corregedoria acima nominado, foi composta pelo servidor José Múcio Antônio Lambertucci pela Assistente do Excelentíssimo Desembargador Corregedor Sra. Juliana Ferreira Inhan *Juliana Ferreira Inhan*

*F. Viégas Peixoto*  
Fernando Antônio Viégas Peixoto  
Desembargador Corregedor do TRT/3ª Região

*Lilian Piovesan*  
Lilian Piovesan  
Juíza do Trabalho Substituta

*Emanuel Barbosa de Castro e Moura*  
Emanuel Barbosa de Castro e Moura  
Secretário da Vara do Trabalho

